



TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CORRELAÇÕES, DISFUNÇÕES E AVANÇOS POSSÍVEIS¹

TERRITORY, HERITAGE, AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: CORRELATIONS, DYSFUNCTIONS AND POSSIBLE ADVANCES

TERRITORIO, PATRIMONIO Y DESARROLLO TERRITORIAL: CORRELACIONES, DISFUNCIONES Y AVANCES POSIBLES

Valdir Roque Dallabrida²

RESUMO

A correlação entre território, patrimônio e desenvolvimento territorial, em geral, é pouco examinada. São mais recorrentes abordagens distintas, sobre uma ou outra destas categorias teóricas, requerendo avanços na perspectiva da multidimensionalidade e interdisciplinaridade. Neste texto, tem-se como propósito estabelecer as principais correlações entre território, patrimônio e desenvolvimento, com foco no processo de planejamento territorial, destacando disfunções e avanços possíveis. Além de fazer menção às suas correlações, aponta-se as principais disfunções, avançando, com a apresentação de novas perspectivas, tais sejam, a abordagem biorregional e a possibilidade de assumir o patrimônio territorial como referência no planejamento com vistas ao desenvolvimento territorial. Resulta de uma de revisão da bibliografia disponível em repositórios virtuais, de universidades brasileiras e revistas científicas nacionais e internacionais.

Palavras-chave: território; patrimônio territorial; enfoque territorial; abordagem biorregional; desenvolvimento territorial.

SUMMARY

The correlation between territory, heritage and territorial development, in general, is little examined. More common are distinct approaches that focus on one or another of these theoretical categories individually, requiring advances in a multidimensional and interdisciplinary perspective. The purpose of this text is to establish the main correlations between territory, heritage, and development, with a focus on the territorial planning process, highlighting dysfunctions and possible advances. In addition to mentioning its correlations, we focus on the main dysfunctions, moving forward, with the presentation of new perspectives, for example, a bioregional approach and the possibility of assuming territorial heritage as a

¹Texto inserido no processo de execução do projeto de pesquisa “*Validação de metodologia com enfoque territorial e aproximações com abordagens convergentes*”, na forma de Bolsa Sênior concedida pelo CNPQ - Processo n. 171742/2023-0-CNPQ, em execução no PPGDR da UNIUIJUI, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Luís Büttendender.

² Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIUIJUI. Ijuí – Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>.

reference in planning with a view to territorial development. It results from a review of the bibliography available in virtual repositories, from Brazilian universities and national and international scientific journals.

Keywords: territory; territorial heritage; territorial approach; bioregional approach; territorial development.

RESUMEN

La correlación entre territorio, patrimonio y desarrollo territorial, en general, es poco examinada. Son más frecuentes los enfoques distintos que tratan una u otra de estas categorías teóricas por separado, requiriendo avances en la perspectiva de la multidimensionalidad y la interdisciplinariedad. En este texto, el propósito es establecer las principales correlaciones entre territorio, patrimonio y desarrollo, con énfasis en el proceso de planificación territorial, destacando disfunciones y posibles avances. Además de mencionar sus correlaciones, se señalan las principales disfunciones, avanzando con la presentación de nuevas perspectivas, como el enfoque biorregional y la posibilidad de asumir el patrimonio territorial como referencia en la planificación orientada al desarrollo territorial. El texto resulta de una revisión de la bibliografía disponible en repositorios virtuales de universidades brasileñas y en revistas científicas nacionales e internacionales.

Palabras clave: territorio; patrimonio territorial; enfoque territorial; enfoque biorregional; desarrollo territorial.

Como citar este artigo: DALLABRIDA, Valdir Roque. Avaliando a sustentabilidade urbana através do nexo água-energia-alimentos: o caso de Curitiba – PR. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 15, p. 711-736, 03 jul. 2025. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v15.5953>.

Artigo recebido em: 09/05/2025

Artigo aprovado em: 29/05/2025

Artigo publicado em: 03/07/2025

1 INTRODUÇÃO

O tema patrimônio territorial, nas últimas décadas, merece destaque na literatura latino-americana, mesmo que apresente diferentes concepções. Até há pouco tempo, predominavam abordagens sobre patrimônio arquitetônico, histórico e cultural. Tais abordagens, se restringem a um campo de abrangência, desconsiderando a multidimensionalidade dos fenômenos territoriais, além de carecer de uma perspectiva interdisciplinar.

Neste texto, aborda-se o patrimônio territorial como categoria teórica integrada ao debate sobre território e desenvolvimento, considerando e evidenciando seus diferentes enfoques, não se restringindo à concepção europeia. Merecem destaque ainda as disfunções em relação à concepção de patrimônio, tais como, sua perspectiva classista, a questão da museificação, da patrimonialização e turistificação global. Como principal contributo, além da

revisão da literatura, propõe-se alternativas de avanços na correlação entre território, patrimônio e desenvolvimento, com foco no processo de planejamento territorial.

Metodologicamente, o artigo se caracteriza como ensaio teórico com base em uma revisão bibliográfica sistemática, contemplando publicações disponíveis em repositórios virtuais, de universidades brasileiras e revistas científicas, sobre o tema patrimônio territorial, além de suas correlações com outras duas categorias, território e desenvolvimento territorial. No contexto do debate destes temas, são destacadas também disfunções. Quanto ao critério para a seleção da bibliografia consultada, a revisão teve como foco autores referenciais sobre os temas tratados, priorizando publicações nas línguas portuguesa, espanhola e italiana.

O texto está estruturado em sete seções, além das considerações finais. Esta introdução corresponde à primeira seção. A segunda se refere aos diferentes usos do termo patrimônio, dando destaque às correntes teóricas com suas concepções. Na terceira, destaca-se a contribuição de Ortega Valcárcel (1998), que propõe a abordagem “territorial” do patrimônio e “patrimonial” do território. A quarta seção se refere às distinções entre as concepções sobre “patrimônio territorial” e “patrimônio-territorial”: a primeira, denominada por Costa (2024) de “eurocentrada de matriz sistêmica”, e a segunda, seguindo um “enfoque decolonial-existencial”. A quinta seção dá destaque a outras abordagens com uma visão crítica sobre patrimônio, além das disfunções, a exemplo da “perspectiva classista”, da “patrimonialização” e da “turistificação global”. A sexta seção menciona as intrínsecas inter-relações entre território, patrimônio e desenvolvimento territorial. Complementarmente, a sétima seção se refere às implicações dessas inter-relações no planejamento territorial, apontando como avanços dois caminhos, em grande parte complementares, tais sejam, a abordagem biorregional do planejamento territorial e a opção por considerar o patrimônio territorial como referência o planejamento com vistas ao desenvolvimento territorial. Complementa-se o texto com considerações finais.

2 USOS DO TERMO PATRIMÔNIO E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES

O debate sobre patrimônio tem diferentes derivações, tais como: patrimônio territorial, patrimônio cultural, patrimônio histórico, patrimônio urbano, patrimônio ambiental, patrimônio industrial, patrimônio material e imaterial, preservação patrimonial, educação patrimonial e recursos patrimoniais. Há ainda o uso da expressão “patrimônio-territorial” (com hífen), utilizada nas abordagens com foco decolonial. Do debate sobre patrimônio se origina o termo patrimonialização. Neste texto, opta-se pela revisão da bibliografia sobre patrimônio territorial, entendendo que a característica cultural, histórica, arquitetônica, é uma das muitas dimensões do patrimônio territorial.

Outros termos são utilizados para fazer referência ao tema patrimônio territorial. Pinassi e Bertonecello (2023) conceituam “patrimônio comunitário” e “comunidades patrimoniais”, desde uma perspectiva territorial. O primeiro termo é utilizado para referir-se a um conjunto de recursos materiais e imateriais com uma elevada capacidade de acompanhar a transformação de determinada comunidade, em termos sociais, econômicos e ecológicos. Entendem os autores ser isso possível, na medida em que se entenda a relação do binômio patrimônio-território como uma construção social. Já as comunidades patrimoniais são pensadas como aquelas entidades ou agrupamentos de indivíduos que se congregam de maneira voluntária e consensuada com o

objetivo comum de salvaguardar, resgatar ou agregar valor em certos componentes culturais e/ou naturais, representativos deste coletivo. Mobilizar os recursos e bens materiais da comunidade está sujeito à capacidade social para organizar o trabalho, o processo produtivo, os intercâmbios e a gestão sustentável de recursos naturais.

Pinassi (2020) faz referência ao conceito “lugares-patrimônio”, como espaços construídos socialmente a partir de uma carga valorativa, conformada por significados, representações, vivências e experiências elaboradas pelos sujeitos em relação com o espaço de vida cotidiano. Se caracterizam por configurações sociais que refletem tensões ou conflitos, gerados em processos em que entram em jogo relações de poder e interesses dos atores implicados. São lugares vinculados a uma funcionalidade comercial-produtiva, de prestação de serviços ou sítios vinculados à recreação.

Em geral, entre as publicações disponíveis para acesso, predominam artigos e livros publicados na língua espanhola, portuguesa e italiana, as quais foram privilegiadas neste texto, dando menor destaque às publicações na língua inglesa e francesa.

Como exemplo, na língua inglesa, destaca-se duas referências: (i) Feria (2022), uma coletânea, que apresenta uma visão ampla sobre os valores patrimoniais, proteção e valorização territorial, com contribuições de diversas disciplinas (Geografia, Arquitetura, Sociologia, Estudos Ambientais e Arqueologia)³; (ii) Tilley (2021), livro que discute como a identidade cultural e a história de um lugar influenciam as decisões políticas e sociais, além de destacar a importância do patrimônio para a construção de sociedades coesas, analisando os conflitos que podem surgir em torno da apropriação do patrimônio, enfatizando a importância de um diálogo inclusivo que considere os interesses dos habitantes locais. Em geral, essas publicações têm discutido os desafios enfrentados na preservação de bens patrimoniais, destacando iniciativas bem-sucedidas que integram o patrimônio à vida cotidiana das comunidades, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Em relação às publicações em francês, vê-se que o debate gira em torno de temas, tais como: patrimônio cultural, patrimônio territorial e recursos patrimoniais. Neste texto, apenas mencionam-se algumas delas: Colletis e Pecqueur (2018); Di Méo (1994); Nieddu e Vivien, 2010; Pierre-Antoine e Senil (2009); Requier-Desjardins (2009).

Sobre o tema em referência, recorrendo aos autores italianos, destaca-se abordagem feita em Poli (2015), reafirmando a diferenciação conceitual entre patrimônio territorial, capital territorial e recurso territorial, termos que, por vezes, são utilizados com significado aproximado, o que, segundo a autora, não confere:

- (i) patrimônio territorial, é um construto histórico co-evolutivo, resultante da reificação e estruturação de atividades antrópicas que transformaram a natureza em território, em que os bens materiais, socioeconômicos, culturais e de identidade convergem (Magnaghi, 2010); o patrimônio é visto como um objeto de transmissão intergeracional e pertence aos bens comuns, sendo, ao mesmo tempo, um estoque de oportunidades resultantes do processo social;
- (ii) capital territorial, é um conceito introduzido inicialmente em documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e

³ Ver também deste autor: Feria (2009).

concentra-se nas especificidades do território, nos diferentes elementos complexos que o compõe, postos em prática para alcançar um alto nível de competitividade econômica;

- (iii) recurso territorial, é um conceito que qualifica o termo recurso no campo da economia, seja ele específico ou genérico, como uma ferramenta para o desenvolvimento.

Calderón e García Cuesta (2016) referem-se ao patrimônio territorial como um conjunto único e original de combinações naturais e sociais e suas relações entre si. Lembram os autores que o patrimônio territorial constitui uma porção variável de combinações no espaço, sem fronteiras administrativas. Assim, o território é incorporado não mais como recurso ou espaço físico, mas como interconexão na ação humana, com o que o patrimônio territorial passa ser a expressão do uso que a sociedade faz do espaço. O território não é mais simplesmente um suporte ou local de patrimônio, ou um cenário para a paisagem, mas um cenário em que tudo é considerado integradamente, como território de patrimônio.

Poli (2015) afirma que o patrimônio territorial é um grande e complexo palimpsesto⁴. A metáfora do palimpsesto é utilizada pela autora para se referir aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que constituem o patrimônio territorial. A escrita representa o processo de territorialização, que transforma a natureza em território. A raspagem corresponde aos processos de desterritorialização, quando se perde ou se destrói parte deste território. Por fim, a reescrita constitui o processo de reterritorialização, quando novos vínculos são reconstruídos no território. “Desta forma, o patrimônio territorial é o próprio palimpsesto, formado pelos sucessivos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (Nascimento; Denardin; Quadros, 2024, p. 88). Nesse sentido, o patrimônio territorial é o conjunto dos sedimentos, materiais e cognitivos, herdados das fases anteriores de territorialização e cujo valor é reconhecido socialmente (Poli, 2015).

Magnaghi (2010) afirma que o patrimônio territorial deve ser cuidado ao invés de conservado, pois entende que o território, enquanto um sistema vivo e de alta complexidade, não pode ser museificado e, portanto, requer contínuos cuidados para seguir vivo. De acordo com o autor, o patrimônio territorial só se perpetua pela reutilização que a sociedade lhe dá e, portanto, somente a reinterpretação e a transformação podem preservá-lo. Costa (2017) reafirma a importância do protagonismo dos sujeitos, pois o patrimônio-territorial só permanecerá ativado enquanto permanecer vivo nas pessoas do lugar. Segundo o autor, mesmo com as mudanças constantes no meio sociocultural, processos permanentes de resignificação constituem o meio de sua preservação.

Já Nascimento, Denardin e Quadros (2024), ao fazerem uma revisão bibliográfica, apresentando um quadro cronológico do surgimento da noção de patrimônio territorial, sintetizam o debate, entendendo-o como sendo a referência sobre a qual as sociedades (re)constróem seus territórios. Os autores recuperam a definição de patrimônio territorial da enciclopédia italiana Treccani, como sendo o “conjunto de elementos territoriais materiais e

⁴ Palimpsesto, era um pergaminho utilizado no período medieval que era raspado e reutilizado para outro texto. Onde a raspagem não apagava totalmente era possível recuperar informações escritas anteriormente.

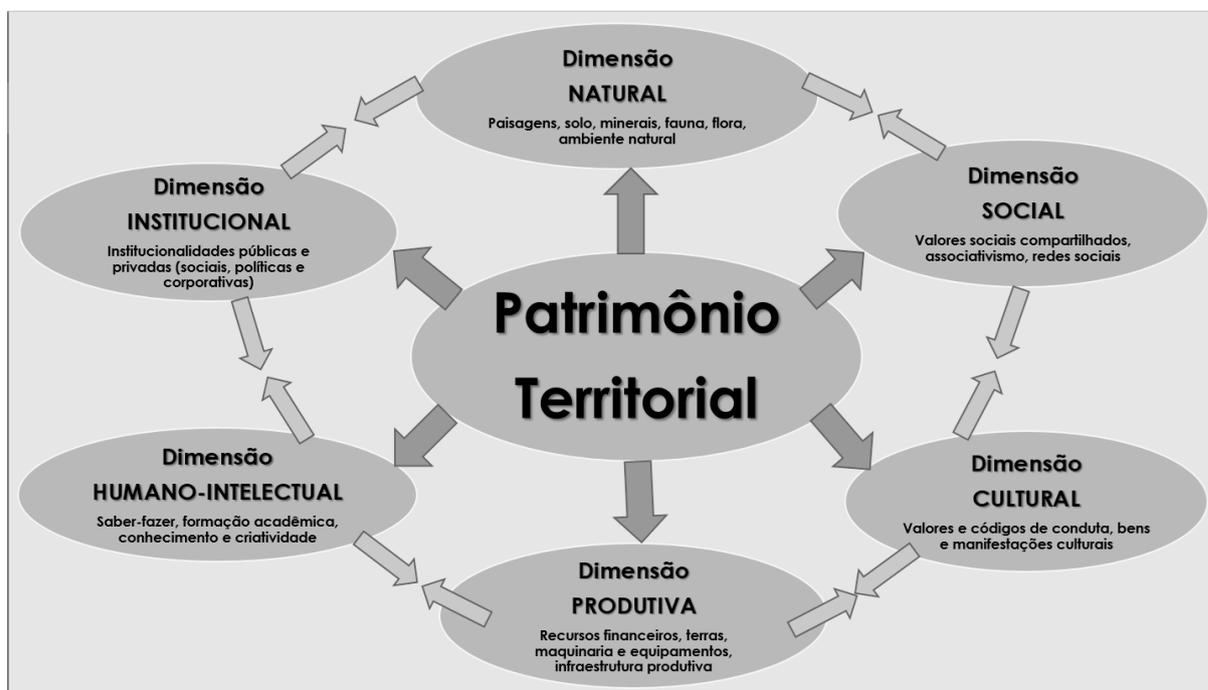
imateriais reconhecidos por uma comunidade historicamente definida, como recurso para sua reprodução social”⁵.

Percebe-se, portanto, diferenças quanto ao uso e sentido da categoria teórica patrimônio territorial, além da existência de outros termos aos quais se atribui sentido assemelhado.

Em Dallabrida (2020a), propôs-se a expressão “patrimônio territorial” para se referir ao “[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental” (p. 12). Patrimônio territorial foi proposto como uma categoria teórica a ser utilizada para fins operacionais, para servir de referência em estudos que se proponham à elaboração de diagnósticos territoriais, no processo de planejamento com vistas ao desenvolvimento territorial. Assim sendo, operacionalmente foi utilizada nos estudos do Grupo ProPAT, que se propôs elaborar um instrumental metodológico multidimensional, sintetizado no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), conforme sistematizado em Dallabrida et al. (2023a; 2023b)⁶.

A noção de patrimônio territorial expressa em Dallabrida (2020a) está relacionada com os recursos e ativos de cada território, com suas dimensões materiais e imateriais (natural, social, cultural, produtiva, humano-intelectual e institucional– ver Figura 1), seguindo, em parte, uma visão de estudiosos italianos e franceses, a exemplo de Magnaghi (2020) e Nieddu e Vivien (2010).

Figura 1- O patrimônio territorial e suas dimensões



Fonte: Adaptado de Dallabrida (2020a)

⁵ Fonte: <https://www.treccani.it/enciclopedia/patrimonio-territoriale>. Acessado em 25 fev. 2025.

⁶ Adiante no texto retorna-se a referência ao IMAP.

No entanto, o aprofundamento da reflexão ontológica e/ou epistêmico-teórica exige uma apuração do sentido dado à categoria teórica patrimônio territorial, em especial, ao admitirmos que nem todos os recursos e ativos territoriais correspondem aos bens comuns, pois parte deles são de propriedade e uso exclusivamente privado. Ou seja, entre os elementos constitutivos do patrimônio territorial, temos bens de caráter coletivo e privado. Os bens coletivos, ou comuns, chamados por Magnaghi (2012) de “bens patrimoniais comuns”, referem-se ao conjunto de elementos e sistemas ambientais, socioculturais, infraestruturais e paisagísticos, urbanos e rurais, formados por meio do processo de sedimentação histórica da relação homem-natureza e reconhecidos pela comunidade local, que constituem a identidade e os modos de vida de cada território.

Alguns enfoques teóricos consideram apenas os chamados bens patrimoniais comuns como elementos do patrimônio territorial. Esse é um debate que ainda precisa avançar. No entanto, quando falamos em preservação e/ou ativação do patrimônio territorial, a tendência é termos que concordar que o foco precisa estar nos chamados bens comuns.

3 PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PATRIMÔNIO E PATRIMONIAL DO TERRITÓRIO

Território e patrimônio, como já propunha Di Méo (1994), são conceitos inseparáveis e congêneres. No entanto, há enfoques distintos sobre o tema. Nesse sentido, Ortega Valcárcel (1998) propõe discutir o conceito de patrimônio territorial a partir do duplo movimento que promoveu esse encontro: (i) o movimento que conduziu o conceito de patrimônio em direção a uma abordagem territorial, ou seja, aquele que promoveu a percepção de que todo patrimônio está enraizado em um território; e (ii) o movimento que conduziu o conceito de território em direção a uma abordagem patrimonial, ou seja, aquele que promoveu a transformação do território em um bem patrimonial.

Como afirma Ortega Valcárcel (1998), o conceito de patrimônio territorial surge do encontro entre a ampliação do conceito de patrimônio e a reelaboração teórica do conceito de território. “O reconhecimento do território como um campo de forças, marcado por relações de poder e de territorialidades e, conseqüentemente, como construtor de identidades, consolida a possibilidade de uma abordagem patrimonial do território” (Nascimento; Denardin; Quadros, 2024, p. 86). Em suma, a proposta de uma abordagem territorial do patrimônio é resultado de um longo processo histórico que se inicia no século XV com a noção de monumento histórico. “A cultura da preservação, que se desenvolveu a partir deste momento, fez com que a noção de monumento histórico fosse substituída pela noção mais inclusiva de patrimônio cultural que, por sua vez, ampliou a tipologia e o quadro cronológico dos bens patrimoniais” (Nascimento; Denardin; Quadros, 2024, p. 82).

Para Ortega Valcárcel (1998), a reivindicação da paisagem como um patrimônio está vinculada ao seu reconhecimento como um produto histórico e consolida uma abordagem territorial do patrimônio. Poli (2015) destaca que é através da categoria de paisagens culturais, que o patrimônio assume conotações geográficas abrindo caminho para a noção de patrimônio territorial.

Salinas (2020), revisando estudos sobre patrimônio territorial entre os anos de 1990 e 2020, constatou diferentes aproximações teóricas, a exemplo de Doctor (2011), Pillet Capdepón

(2012) e Florido Trujillo (2013), identificando três enfoques principais: (i) patrimônio territorial como reconhecimento e valorização social; (ii) patrimônio territorial como sistema e, (iii) patrimônio territorial relacionado à sustentabilidade. Já Saquet e Briskievicz (2009) afirmam que todas as atividades, processos e ações historicamente constituídas, que formam lugares e suas identidades, correspondem ao patrimônio territorial, considerando as permanências, heranças, que caracterizam o lugar. Para os autores, território, territorialidades e suas identidades se complementam, pois são relacionais e históricas. Assim, os projetos e programas de desenvolvimento territorial, assim reconhecidos, precisam estar fundados no caráter participativo e dialógico, científico e popular, como contributo à conservação e valorização do patrimônio territorial em sua pluralidade natural e social, material e imaterial, ativando sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos e classes sociais (Saquet, 2022).

Portanto, é fundamental a inseparabilidade entre os dois conceitos, ou categorias teóricas, território e patrimônio territorial. Ambos, estão entre os conceitos que dão base teórica ao que se convencionou chamar de “abordagem territorial do desenvolvimento” (Dallabrida et al., 2023; Dallabrida, 2022), ou de “abordagem territorial do desenvolvimento regional” (Favareto, 2023), ou, ainda, de “enfoque territorial” do desenvolvimento (local, regional, territorial)” (Dallabrida, 2025). É necessário avançar neste debate, agregando outra categoria teórica: governança territorial (Dallabrida, 2015). Ou seja, a necessidade de se considerar a inseparabilidade entre território (como estrutura socioterritorial), governança territorial (como processo de conversação socioterritorial), patrimônio territorial (como o arranjo territorial resultante do processo de conversação) e desenvolvimento territorial (como projeto de futuro desejado territorialmente) (Dallabrida, 2020b).

4 DISTINÇÕES ENTRE O ENFOQUE SOBRE “PATRIMÔNIO TERRITORIAL” E “PATRIMÔNIO-TERRITORIAL”?

O geógrafo brasileiro Everaldo da Costa, está entre os principais autores que lideram o debate na América Latina sobre patrimônio-territorial (com hífen), a partir de uma perspectiva decolonial, contrapondo-se à perspectiva europeia de abordagem do tema.

Na perspectiva europeia, com autores que lideram o debate sobre patrimônio territorial, tais como, o geógrafo espanhol Ortega Valcárcel (1998) e o urbanista italiano Alberto Magnaghi (2000), associa-se o patrimônio a uma visão sistêmica, muitas vezes visto como recurso para agregação de valor econômico ao território. Magnaghi (2005) destaca, entre as representações do patrimônio territorial, componentes do ambiente físico (sistema natural), do ambiente construído (paisagem material ou artificial) e do ambiente antrópico (características do meio). Já a contribuição de Ortega Valcárcel (1998) avança, defendendo patrimônio como um produto histórico, consolidando a abordagem territorial do patrimônio.

Costa (2024) se propõe a confrontar os debates sobre o patrimônio, realizados em países europeus e da América Latina. O autor destaca que, no contexto europeu, utiliza-se o termo “patrimônio territorial”, numa perspectiva “eurocentrada de matriz sistêmica”. Já no contexto latino-americano, além do uso habitual do termo patrimônio territorial, um número significativo de autores utiliza o termo “patrimônio-territorial”, num “enfoque decolonial-existencial”.

Costa (2024) critica a visão eurocentrada de patrimônio territorial, afirmando que as abordagens de território, como fator sistêmico de produção, tendem a esconder desigualdades

e diferenças. Como contraponto, propõe uma nova visão: o “patrimônio-territorial decolonial-existencial”, com o sujeito situado. A questão principal, segundo a visão do autor, é a impossibilidade de tratar a modernidade, desconsiderando a “colonialidade do poder”, apresentada por autores, tais como Aníbal Quijano (2009), que ressalta o lado sombrio e oculto da modernidade. Trata-se de romper com a colonialidade eurocêntrica originária, regional e provinciana da modernidade e focar na valorização do patrimônio-territorial dos grupos subalternizados, ou sujeitos em situação espacial periférica, muito presentes nos países latino-americanos (Costa, 2024; 2016).

O autor Everaldo Costa relata um conjunto significativo de estudos, que resultaram em teses e publicações nas últimas duas décadas, no Brasil e demais países da América Latina, que procuram caracterizar essas situações pouco reveladas, onde predominam populações tradicionais e afrodescendentes (Costa; Alvarado-Sizzo, 2023; Costa; Moncada, 2021; Costa; Sobreiro, 2022)⁷. Tais estudos não abstraem a gestão e o ordenamento territorial, ao invés, chamam a atenção para o sujeito-situado como protagonista possível do processo de planejamento territorial e urbano, defendendo que tais procedimentos seriam um potencial de preservação do patrimônio territorial a ser preservado (Costa, 2024).

A crítica à visão europeizada é fundamentada por Everaldo Costa em estudos por ele mencionados, a exemplo de: (i) Doctor (2011), que destaca “recursos patrimoniais turísticos” como estratégia de agregação de valor ao patrimônio territorial; (ii) Florido Trujillo (2013), referindo-se ao plano de ordenamento territorial de Andalúcia e ao sistema de patrimônio territorial, indagando sobre a efetividade legal e os instrumentos de apoio; (iii) Hortelano Mínguez (2015), se referindo ao patrimônio territorial como ativo turístico em Castilla y León (Portugal); (iv) Pillet Capdepón (2012), se referindo ao patrimônio territorial como destino turístico no interior da Espanha Peninsular. Predominam nestes estudos mencionados a relação de locais que se destacam como áreas turísticas, em que o patrimônio territorial é visto numa perspectiva fortemente mercantilizada.

Para Costa (2024), tanto a abordagem italiana quanto a espanhola sobre patrimônio territorial e território reforçam a sua dimensão ambiental e cultural. “O território é reduzido, em ambas visões, à fator de produção” (p. 25). Segundo o autor, aprioristicamente, a definição de patrimônio territorial europeia recupera e amplia o sentido patrimonial de herança, no entanto, o patrimônio é, agora, acoplado ao território como base da reprodução mercantil da vida, ou seja, a capacidade de produzir efeitos de médio e de longo prazo e consequências relacionais entre atores socioeconômicos e institucionais (conf. Magnaghi), ou sua característica arquitetônica (conf. Ortega Valcárcel), onde objetos artificiais e a natureza são a base da construção de novos recursos produtivos. Assim, tendem a esquecer e desconsiderar os sujeitos do lugar.

O patrimônio-territorial não tem compromisso com a histórica ideia eurocêntrica de patrimônio (um recurso do poder a serviço do desenvolvimento), pois corresponde à relação simbólica entre biografias e territórios [...] de exceção, ou seja, enfatiza a relação sacramental vital sujeito situado-território. Inclusive, o patrimônio-territorial não é patrimônio cultural ou natural, nem uma derivação deles [...] O enfoque decolonial-existencialista explica a força do conceito-fato patrimônio-territorial e o

⁷ Estes estudos destacam-se entre outras dezenas de publicações sobre o tema, muitos dos quais com a coautoria do autor mencionado.

território como fundamentos da vida, objetos de esperança individual e comunitária (Costa, 2024, p. 26-27 – tradução livre).

Vê-se, portanto, que a visão decolonial sobre patrimônio difere muito da visão europeia, a qual ainda domina entre os enfoques presentes na literatura latino-americana. Há coerência na visão decolonial de que a visão europeizada, por vezes, ressalta uma perspectiva fortemente mercantilizada, esconde as desigualdades e diferenças, desconsiderando os elementos patrimoniais dos grupos subalternizados ou em situação periférica. Ressalta-se também na visão decolonial, a defesa do sujeito situado territorialmente, como protagonista do processo de planejamento territorial, além da resistência ao que se pode chamar de “patrimonialização global”, em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender necessidades e desejos particularistas, alheios ao lugar.

O que, talvez, seja necessário argumentar é que algumas visões sobre patrimônio territorial, apesar de absorverem elementos teóricos de autores europeus, avançam, quando se sustentam em campos epistêmicos sistêmico-complexos, numa interpretação histórica e social da realidade, defendendo a análise territorial de uma forma integrada dimensionalmente, atribuindo aos autores territoriais o protagonismo na ação, defendendo a desconstrução dos essencialismos, propondo alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, contemplando visões ou interpretações, mesmo que não dominantes, defendendo uma visão profunda de sustentabilidade, numa tentativa de apresentar o enfoque territorial como contraponto à visão tradicional e hegemônica de desenvolvimento (Dallabrida, 2025). Estudos realizados no contexto do Projeto ProPAT têm esses indicativos como princípio orientador⁸.

5 OUTRAS ABORDAGENS COM UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE PATRIMÔNIO E AS DISFUNÇÕES: PERSPECTIVA CLASSISTA, DA PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO GLOBAL

Autores que tratam das origens etimológicas do conceito patrimônio e sua historicidade, ressaltam seu uso “classista”, ou seja, ligado à ideia de que o que é necessário preservar (como os monumentos) é o que interessa à elite social, como demonstram estudos de Funari e Carvalho (2005) e Funari (2001). O sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1988), já questionava o fato de ser considerado patrimônio, em especial, apenas a arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à elite social. Comentava o autor que a catedral, frequentada pela “gente de bem”, deveria ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não precisaria ser protegida e, com frequência, era abandonada. Com essa mesma visão crítica, Eunice Durham (1984, p. 33) ressaltava que os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, muitas vezes, são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, [...] aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

É com essa visão crítica que Costa (2017) se refere ao processo de “patrimonialização global”, em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender

⁸ O autor deste texto é testemunha de que nem mesmo essa alternativa de debate ainda é aceita por colegas da academia que dizem sustentar suas argumentações em visões teóricas de vanguarda ou de cunho popular, muitos deles pertencentes aos programas de pós-graduação da Área/CAPES do Planejamento Urbano e Regional e Demografia, área em que estão incluídos em torno de cinquenta programas que têm como foco de estudo o desenvolvimento (local, regional, territorial). Tudo isso revela o quanto ainda precisamos avançar!

necessidades e desejos particularistas, alheios ao lugar. Isso, pois, intervenções urbanas, sob o signo da patrimonialização e/ou turistificação fragmentam o espaço, segmentando-o, provocando formas variadas de exclusão e/ou gentrificação. O autor defende que os estudos sobre o patrimônio-territorial (com hífen) devem enaltecer o que resiste, do ponto de vista cultural e popular, como um contraponto à “colonialidade do poder”, passando a revalorizar o patrimônio material e imaterial situado nas periferias. Nesse sentido, por meio de metodologias participativas, propõe a urgente ativação do patrimônio-territorial latino-americano, voltado à preservação dos valores e tradições populares, em especial, de povos indígenas e afrodescendentes, como o caso dos quilombos. Trata-se, segundo o autor, de uma forma de resistência à patrimonialização global.

Trujillo García (2021) descreve como o México passou do culto aos monumentos à indústria turística e à patrimonialização. Dessa forma o turismo cultural tem desempenhado uma função urbana importante, capaz de sustentar a recuperação funcional e física dos centros históricos. Com isso, o conceito de turistificação se relaciona com a globalização mercantil. Essa situação mereceu uma análise crítica de Delgadillo (2015), se referindo às mudanças causadas por estratégias de patrimonialização do território e turistificação. O autor faz o alerta de que os investimentos públicos e privados tendem à “homogeneização dos territórios”, pela gradativa estandardização dos serviços turísticos globais, instalação de marcas e cadeias de hotéis globais, restaurantes e lugares de comida rápida, resultando em diferentes formas de gentrificação.

A turistificação do patrimônio urbano que vende produtos únicos, diferentes, autênticos e universalmente excepcionais a sua maneira, pode conduzir à parquematização, museificação, disneyficação, boutiquização e gentrificação dessa herança edificada porque esta atividade privilegia os serviços para os clientes forâneos (Trujillo García, 2021, p. 115).

Hiernaux e González (2014) analisam a relação entre o turismo urbano e a gentrificação, constatando que, nos centros históricos da América Latina, a gentrificação se deve à turistificação e às políticas urbanas dos governos locais que favorece. No recinto gentrificado abundam conflitos; ocorre a expulsão dos residentes e o encarecimento do solo urbano. “Pensamos que se assiste a uma guerra de signos enraizada na oposição entre sistemas de espaços versus a construção fantasiosa dos turistas que exercem outra leitura do local; esta guerra facilita, define e pereniza os mecanismos de gentrificação” (p. 67).

Diante disso, um exemplo de um processo excludente de patrimonialização do território é mencionado por Costa (2010), resultado de pesquisa documental e empírica, se referindo ao caso de pequenas cidades mineiras tombadas pela UNESCO, com destaque para Ouro Preto e Diamantina. Os resultados da pesquisa mostram que a população mais fragilizada, que ocupa as periferias das cidades, permanece alheia à própria história do lugar, e esquecida pelas políticas públicas que canalizam recursos à porção tombada do espaço urbano. “Desafortunadamente os sítios da patrimonialização global se vinculam mais com estratégias de marketing que com a conservação e proteção de seu patrimônio cultural e urbano” (Costa, 2014).

Mulero (2015) destaca alguns desafios ainda não superados no tratamento de questões relacionadas com o patrimônio territorial ou patrimonialização: (i) necessidade de uma definição mais ajustada e melhor fundamentada dos elementos que integram o patrimônio territorial; (ii) como gerir, com critérios de integração, um patrimônio territorial com magnitude

e diversidade, em um contexto jurídico, considerando a existência de leis setoriais, reguladoras das dimensões natural e cultural?; (iii) a necessidade de avaliar a coerência do discurso em torno da necessidade de uma gestão integrada do patrimônio territorial e sua possibilidade de converter-se em recurso para o desenvolvimento territorial; (iv) finalmente, que escala e âmbito de atuação são os mais adequados para aplicar num processo de gestão integrada do patrimônio territorial?

Se considerarmos situações que ocorreram em grande escala no processo de colonização no Brasil, veem-se diferentes formas de dizimação de populações indígenas, ou sendo incorporados como trabalhadores braçais nas fazendas. Em alguns casos, elementos marcantes da cultura dos povos originários são recuperados nas festas e vaquejadas, no entanto, são apresentados como mera alegoria, sem a profundidade que possibilite visibilizar seu papel histórico. Nesse sentido, Costa (2010) considera o patrimônio-territorial como uma resistência que pode se territorializar, na medida em que recupere expressões culturais de um povo, alguns deles que sofreram etnocídio.

Os excluídos não podem ser vistos (ou não vistos/omitidos da história territorial) como variáveis sem emoção. Devem ser entendidos como parte incluída de um sistêmico e perverso processo socioeconômico que se dá em bases territoriais e, portanto, com diferentes e sucessivas temporalidades. Buscar essa espacialidade da dominação presente, via de regra, na documentação histórica, é usar a ciência como “máquina de guerra” para ativar o patrimônio territorial (Andrade, 2021, p. 73 – destaque no original).

Segundo defende Costa (2016), o patrimônio-territorial de sujeitos e grupos periféricos, graças aos saberes-fazer situados e em situação espacial, se contrapõem à ideologia dominante e aos saberes hegemônicos narrados pela história oficial e pelos órgãos de gestão do território e de mercantilização da cultura. Reconhecer essas resistências que emergem dos sujeitos é uma forma de contribuir para o enfrentamento das desigualdades que pairam sobre o continente, a partir de uma postura crítica, mas também propositiva sendo fundamental a sua revalorização (Queiroz; Sousa, 2024).

O patrimônio-territorial resgata, situa e ressignifica, espacialmente, o que resiste na América Latina: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela ‘face oculta’ da modernidade (Costa, 2016, p. 7 – destaque no original).

Mesmo se mantendo numa perspectiva europeia de patrimônio territorial, outros autores também têm posições críticas. Por exemplo, para Miroslawa e Córdoba Aguilar (2004) há um desafio a ser enfrentado, resultante do fato de que o patrimônio ou herança é o conhecimento, o produto da cultura e o recurso político. Decorrente dessa compreensão, é necessário analisar por que, nos lugares de vida, se promove e se direciona uma e não outra forma de interpretação do patrimônio, ou ainda, quais são os interesses de tal interpretação. Frequentemente, esse fato leva a esquecer elementos históricos, ressaltar outros, reafirmar alguns valores do passado, renegar outros. O risco é que as elites socioeconômicas e políticas dos lugares direcionem a valorização ou o esquecimento das heranças, no atendimento de seus únicos interesses, contribuindo para a exclusão de valores, ideias e desejos das populações marginalizadas, excluindo-as ou marginalizando-as.

A crítica de Miroslawa e Córdoba Aguilar (2004) tem relação com a resposta de alguns questionamentos: como é recordado o passado e como é representado e incorporado no

presente? Como o passado tem modificado o espaço de vida das pessoas na atualidade? Como o passado influenciou a atividade econômica atual? Para responder essas interrogações, segundo os autores, os estudos geográficos precisam analisar, entre outras, as manifestações espaciais da cultura popular, a tradição artesanal, a organização, gênese e processos de mudanças das atividades econômicas e de sua percepção atual e futura, buscando entender como a tradição, as ideias, os objetos, o meio ou entorno, todos juntos e cada um de maneira individual, influem nos processos vitais, cambiantes e dinâmicos contemporâneos.

E se a patrimonialização for feita com a participação dos atores locais?

Mesmo considerando a importância das críticas feitas aos diferentes processos de patrimonialização, há alguns autores que veem nisso uma oportunidade. Para Linck (2012), processos de patrimonialização podem se coadunar com as perspectivas da sustentabilidade, pois oportunizam permitir a qualificação patrimonial do ambiente, no sentido de transmissão garantida e equitativa às futuras gerações, de recursos e bens comuns, tanto sociais (bens e valores da civilização) quanto ambientais (recursos bióticos ou abióticos).

Complementarmente, Sonaglio, Zamberlan e Busón (2020) consideram a patrimonialização de territórios como uma alternativa para a valorização de bens materiais e imateriais, na forma de estratégia de promoção do desenvolvimento regional e local. Para os autores, tais processos iniciam pela realização de um inventário dos bens patrimoniais tangíveis e intangíveis do território, passando por um processo de apropriação das comunidades e a sensibilização territorial, a fim de que os residentes tenham consciência do seu patrimônio, gerando um sentimento identitário. Adicionalmente, faz-se necessária uma estrutura institucional para proteção e gestão patrimonial, permitindo um impacto positivo no território e em seus atores, ao longo do tempo. Da mesma forma, Bustos Cara (2004) considera a patrimonialização um processo voluntário que busca incorporar valores socialmente construídos, contidos no espaço e no tempo de uma sociedade particular, como parte de processos de territorialização, que alicerçam a relação entre território e cultura.

Já Martínez Yanes (2008, p. 251) afirma que a questão essencial em processos de patrimonialização é a “[...] caracterização patrimonial do território e a caracterização territorial do patrimônio”. Sustenta-se a autora na compreensão de que uma das pedras angulares das atuais políticas territoriais reside no reconhecimento de que o progresso e a prosperidade estão cada vez mais relacionados com o modo em que cada cidade, região ou território podem ativar seus recursos endógenos, sendo que o patrimônio territorial constitui-se num significativo potencial. Para tal, segundo a autora, o território precisa ser concebido como novo âmbito de atuação, não um recipiente, revalorizando tanto seus elementos naturais, como econômicos e culturais, exigindo uma atuação no sentido de fundir, vincular, proteger e gerir os diversos elementos patrimoniais presentes no território, reafirmando sua vinculação espacial e dotando-o de novas possibilidades e oportunidades de agregação de valor.

Outra chamada disfunção em relação ao tema em questão é o que alguns autores chamam de “museificação do território”.

Museificação, em geral, é entendida como a transformação não institucional de um objeto em museu. Pode ser observada em diversos objetos – materiais e imateriais –, de uma simples edificação até uma cidade ou qualquer outro tipo de recorte territorial. Trata-se de um termo definidor de uma territorialização com base no domínio político e econômico, em que

elementos territoriais são articulados conforme padrões museológicos. Ou seja, trata-se da transformação de “elementos territoriais” em “objetos de museu” (Ruy; Almeida, 2020).

Em síntese, museificar o território decorre de uma territorialização operada pelo *domínio econômico e político*, com tendência a eliminar toda territorialidade advinda de uma apropriação simbólica. Tal domínio se processa por meio de ações transformadoras do território em território-museu, *funcionalizando* seus elementos, de modo a criar um “ambiente” para apreciação. Esse quadro se estabelece por meio de um *controle* exercido pelos agentes museificadores, com o qual o território, por fim, se torna *deslocado do tempo vivido*, do cotidiano, do comum (Ruy; Almeida, 2020, p. 12-destaques, no original).

Geddes (1994), ao se referir aos diferentes projetos de “conservação, valorização, requalificação e transformação” do espaço urbano, argumentava ser a verdadeira cidade aquela governada pelos próprios habitantes, cujo ideal da relação cidadão e autogoverno remonta à antiga acrópole grega. Contrariamente, afirma o autor, as intervenções espaciais contemporâneas são unilaterais e direcionadas, majoritariamente, ao desenvolvimento industrial, ou crescimento econômico, com insuficiente proposição de espaços públicos, considerados elementos essenciais para a sobrevivência humana e para participação da comunidade local. Essa linha de argumentação também recebe contribuições de Choay (2008). O debate avança contemporaneamente, com contribuições, por exemplo, da problemática do planejamento territorial na Itália, contemplando uma visão multidisciplinar, denominada de “abordagem territorialista italiana”.

Barbosa (2006), ao se referir às intervenções urbanísticas contemporâneas em áreas reconhecidas como históricas ou culturais, classifica esse tipo de museificação de territórios, como um “remake da paisagem”, ou seja, tentativas de reconstituição de particularidades explicitadas, como na criação de corredores culturais. Essa museificação acontece quando essas intervenções passam a beneficiar os turistas, um público externo, ávido de consumo cultural, gerando um processo de gentrificação, expulsando moradores, com a finalidade de conferir novos usos a esses locais.

Tais reflexões, servem de alerta ao debate atual sobre “patrimônio territorial” e “museificação territorial”. Tanto as visões de patrimônio territorial que se filiam a uma perspectiva classista, quanto a patrimonialização com fins exclusivamente mercantis, mercantis (ou o que autores chamam de turistificação global) precisam ser combatidas e superadas, pois geram processos de gentrificação e as intervenções passam a ser direcionadas exclusivamente para beneficiar os turistas. O território não deve ser visto como recipiente, mas como local de reação e ação dos seus residentes, sendo protagonistas de processos de apropriação dos bens patrimoniais locais, em especial dos bens comuns.

Por fim, utilizam-se diferentes termos para se referir ao patrimônio territorial, é diferente a concepção sobre patrimônio territorial entre a perspectiva europeia e a decolonial e, infelizmente, há disfunções em relação a esse conceito, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1- Concepções sobre patrimônio territorial e suas disfunções

Termo utilizado	Síntese da Concepção	Autores(as)
Termos utilizados e concepções sobre patrimônio territorial		
Patrimônio comunitário	Conjunto de recursos materiais e imateriais com uma elevada capacidade de acompanhar a transformação de determinada comunidade, em termos sociais, econômicos e ecológicos.	Pinassi e Bertocello (2023)

Termo utilizado	Síntese da Conceção	Autores(as)
Comunidades patrimoniais	Entidades ou agrupamentos de indivíduos que se congregam de maneira voluntária e consensuada com o objetivo comum de salvaguardar, resgatar ou agregar valor em certos componentes culturais e/ou naturais, representativos deste coletivo.	Pinassi e Bertoncello (2023)
Lugares-patrimônio	Espaços construídos socialmente a partir de uma carga valorativa, conformada por significados, representações, vivências e experiências elaboradas pelos sujeitos em relação com o espaço de vida cotidiano.	Pinassi (2020)
Bens patrimoniais comuns	Conjunto de elementos e de sistemas ambientais, socioculturais, infraestruturais e paisagísticos, urbanos e rurais, formados por meio do processo de sedimentação histórica da relação homem-natureza e reconhecidos pela comunidade local, que constituem a identidade e os modos de vida de cada território.	Magnaghi (2012)
Patrimônio territorial	Conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e de reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental.	Dallabrida (2020a)*
Patrimônio territorial	Construto histórico co-evolutivo, resultante da reificação e estruturação de atividades antrópicas que transformaram a natureza em território, em que os bens materiais, socioeconômicos, culturais e de identidade, convergem. É representado pelo conjunto de estruturas duradouras produzidas pela coevolução do homem com o meio ambiente.	Magnaghi (2014; 2010)
Patrimônio territorial	Conjunto único e original de combinações naturais e sociais e suas relações entre si.	Calderón e García Cuesta (2016)
Patrimônio territorial	Conjunto dos sedimentos, materiais e cognitivos, herdados das fases anteriores de territorialização e cujo valor é reconhecido socialmente.	Poli (2015)
Patrimônio territorial	A referência sobre a qual as sociedades (re)constróem seus territórios.	Nascimento, Denardin e Quadros (2024)
Patrimônio territorial	Conjunto de elementos territoriais, materiais e imateriais, reconhecidos por uma comunidade historicamente definida, como recurso para sua reprodução social.	Enciclopédia italiana Treccani
Patrimônio territorial	Um produto histórico, enraizado num território, este, entendido como um bem patrimonial de apropriação e uso comum.	Ortega Valcárcel (1998)
Patrimônio territorial	Conjunto de atividades, processos e ações historicamente constituídas, que formam lugares e suas identidades, considerando permanências e heranças que caracterizam o lugar.	Saquet e Briskievicz (2009)
Patrimônio territorial	O conhecimento, os elementos históricos, produto da cultura e do recurso político dos lugares de vida, que reafirmam os valores do passado.	Mirosława e Córdoba Aguilar (2004)
Patrimônio-territorial	Propõe uma visão de patrimônio-territorial “decolonial-existencial” para se contrapor à colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana da modernidade e focar na valorização dos bens patrimoniais dos grupos subalternizados, em situação espacial periférica, enfatizando a relação sacramental vital sujeito situado-território.	Costa (2024; 2017; 2016; 2010) Costa e Moncada (2021) Costa e Sobreiro (2022)
Patrimonialização	Processo voluntário que busca incorporar valores socialmente construídos, contidos no espaço e no tempo de uma sociedade particular, como parte de processos de territorialização, que alicerçam a relação entre território e cultura, como alternativa para a valorização de bens materiais e imateriais, na forma de estratégia de promoção do desenvolvimento regional e local.	Bustos Cara (2004) Sonaglio, Zamberlan e Busón (2020) Martínez Yanes (2008)
Patrimonialização proativa	Processo de reestruturação do território, de acordo com o modelo de biorregião, com vistas à superar o padrão dicotômico de expansão metropolitana versus abandono rural, fundamentada na democracia local e voltada para o crescimento de riqueza duradoura. Um projeto biorregional, refere-se não apenas ao domínio do planejamento espacial e do design regional e urbano, mas também a uma nova abordagem em relação aos objetivos e métodos de criação de políticas públicas, no campo do desenvolvimento territorial.	Poli e Luciani (2024) Poli (2023) Magnaghi (2020; 2014) Fanfani e Matarán Ruiz (2020)
Disfunções em relação ao patrimônio territorial		
Patrimonialização do tipo museificação	Transformação não institucional de um objeto em museu. Museificar o território decorre de uma territorialização operada pelo domínio econômico e político, com tendência a eliminar toda territorialidade advinda de uma apropriação simbólica, por meio de ações transformadoras do território em território-museu, funcionalizando seus	Ruy e Almeida (2020) Geddes (1994) Barbosa (2006)

Termo utilizado	Síntese da Conceção	Autores(as)
	elementos de modo a criar um “ambiente” para apreciação. Tais procedimentos são direcionados, majoritariamente, ao crescimento econômico, com insuficiente proposição de espaços públicos, considerados elementos essenciais para a sobrevivência humana e a participação da comunidade local.	
Patrimonialização global	Iniciativas que são chamadas de “patrimonialização”, em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender necessidades e desejos particularistas, alheios ao lugar.	Costa (2017)
Turistificação do patrimônio	Esse padrão de turistificação se relaciona com a globalização mercantil, em que os investimentos públicos e privados tendem à “homogeneização dos territórios”, pela gradativa estandardização dos serviços turísticos globais, instalação de marcas e cadeias de hotéis globais, restaurantes e lugares de comida rápida, resultando em diferentes formas de gentrificação.	Costa (2010) Delgadillo (2015) Trujillo García (2021) Hiernaux e González (2014)
Perspectiva classista de patrimônio	Reproduz a ideia de que o que é necessário preservar como patrimônio são os monumentos relacionados à arquitetura, à história, à música, aos quadros, à pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à elite social, em que a dos dominados raramente é preservado.	Durham (1984) Ianni (1988) Funari (2001) Funari e Carvalho (2005)

*A definição sobre patrimônio territorial feita em Dallabrida (2020a) tem um caráter predominantemente operacional, para servir de referência em processos de planejamento territorial. Epistêmica e teoricamente, a concepção pessoal sobre patrimônio territorial coincide com a visão de Magnaghi (2012) sobre “bens patrimoniais comuns”.

Fonte: Elaboração própria, com base na literatura consultada (2025).

6 TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Vários autores, nas últimas décadas têm argumentado que território, patrimônio e desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados (Saquet, 2019), mostrando que o desenvolvimento é, sem dúvida uma “problemática territorial” que implica nos processos culturais, políticos e econômicos, suas características históricas e relacionais, suscitando o chamado “retorno ao território” (Magnaghi, 2015). Esse território, é lócus da vida cotidiana, espaço de mobilização, informação, luta e resistência diante do estado burguês e seus agentes. Em cada território, há um patrimônio dos habitantes e das pessoas que transitam, este necessário para nossa reprodução biológica, social e espiritual (Saquet, 2022).

Nesse sentido, Saquet (2019) demonstra claramente que o desenvolvimento territorial exige assumir as singularidades de cada território, as territorialidades (relações econômicas, políticas, ambientais e culturais) e temporalidades (ritmos, desigualdades), as naturezas (ecossistemas: solos, vegetação, águas, climas...), as mediações sócio-naturais (técnicas, tecnologias, conhecimentos...), as mudanças e as permanências das gentes e da sua cultura. Segundo o autor, a gestão do desenvolvimento passa por uma abordagem e atuação territorial, exigindo ser pluridimensional, participativa, interdisciplinar, com base nos interesses do lugar e na autonomia decisória das diferentes pessoas.

Magnaghi (2012), ao referir-se à necessidade de “retorno ao território”, propõe a “conversão ecológica e territorialista”, como uma resposta estratégica à crise global contemporânea. Trata-se, segundo o autor, da valorização dos “bens patrimoniais comuns. Para isso, o autor propõe: (i) reconexão de saberes fragmentados numa ciência do território que aborde de forma integrada os problemas da degradação socioterritorial e ambiental; (ii) elaboração e propagação de novos indicadores e políticas de bem-estar e felicidade pública, incluindo a paisagem como medida da qualidade de vida das pessoas; (iii) valorização e

impulsão de estratégias de democracia local e de solidariedade nacional; (iv) restauração da centralidade do mundo rural na produção de alimentos saudáveis, proteção hidrogeológica, recuperação ecológica, qualidade urbana e paisagística, gerando economias integradas.

O caráter de bem comum do território se apresenta na “dimensão humana” como todo tipo de conhecimento, a cultura e o saber-fazer do território, ou seja, na sua apresentação como ambiente humano. Já na dimensão de “bens naturais”, a Terra está em primeiro lugar e, depois, a água, o ar, as fontes naturais de energia, as geleiras, as florestas, os rios, os lagos, os oceanos. “Esses bens, de fato, precedem e transcendem a ação humana, mesmo que tenha sido sobre eles que sucessivas civilizações desenvolveram seus processos simbólicos, culturais e materiais de domesticação” (Magnaghi, 2012, p. 16). Assim sendo, seu usufruto não pode ficar restrito aos interesses individuais e/ou econômico-corporativos.

Em publicação posterior, Magnaghi (2017) afirma que o território, sistema vivo de grande complexidade, neocossistema produzido pela interação incessante das comunidades assentadas com o seu meio, está, hoje, numa séria encruzilhada, pois a afirmação da “civilização das máquinas” e a explosão da urbanização romperam os processos coevolutivos que o geraram. Assim, a tarefa do planejamento é, portanto, buscar regras para a transformação do território em direção a resultados de equilíbrio entre o assentamento humano e o meio ambiente. Neste sentido, o planejamento territorial precisa estar baseado na descrição e representação de identidades territoriais (estruturas, morfotipos, paisagens) a partir do estudo do processo de territorialização coevolutiva de longa duração histórica entre o assentamento humano e o meio ambiente.

Na mesma linha de pensamento, Poli (2015) afirma que, nas ciências territoriais, o patrimônio assume uma conotação geográfica, chamando a atenção não somente aos elementos pontuais (igrejas, edifícios, árvores...), mas ao todo territorial, como uma forma unitária, uma co-evolução entre natureza e cultura. O território passa de suporte para alocar atividades relacionadas aos seus caracteres de patrimônio territorial, assumindo um papel proativo no planejamento, resultado de processos históricos de construção e reconstrução. Assim, a concepção patrimonial do território introduziu na área do planejamento territorial uma forte inovação no processo de configuração territorial.

As reflexões trazidas por autores, tais como, Saquet (2019; 2022), Magnaghi (2017; 2012) e Poli (2015), aqui sintetizadas, convergindo na argumentação de que território, patrimônio e desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados, são fundamentais para pensar o futuro desejado territorialmente. Só é fundamental acrescentar o papel da governança territorial, como processo de conversação socioterritorial, envolvendo a diversidade de atores territoriais.

7 TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO, DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A relação território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial, tem implicações no planejamento territorial. Nesse sentido, há dois indicativos orientadores, em grande parte complementares, para guiar processos de articulação territorial, com vistas à projeção do futuro desejado: (i) a abordagem biorregionalista do planejamento territorial; (ii)

patrimônio territorial assumido como referência no planejamento com vistas ao desenvolvimento territorial.

Magnaghi (2014) parte da compreensão de patrimônio territorial como o “conjunto de estruturas duradouras produzidas pela coevolução do homem com o meio ambiente”. Assim, propõe uma “abordagem biorregionalista do planejamento territorial”, capaz de superar a capilaridade da urbanização contemporânea, ainda fruto de uma visão polarizada em áreas centrais, introduzindo o conceito de “biorregião urbana” como dispositivo fundamental para restaurar as criticidades contemporâneas, graças aos novos ciclos de civilização de base territorial. Para o autor, trata-se de reconstruir novas formas de urbanidade, novos ciclos de civilização e não de produzir simples ajustes à condição contemporânea. A superação da urbanização global exige a reconexão da cidade com o território.

“A visão funcionalista e modernizadora do planejamento reduziu o território a uma mera superfície isomórfica onde atividades e artefatos podem ser alocados, separando a cidade de seu contexto de referência” (Poli, 2023, p. 17). A introdução do conceito de biorregião urbana reconstrói e valoriza configurações morfológicas de longo prazo, as chamadas invariantes estruturais. Para a autora, a “cidade biorregional” pode ser compreendida como “um sistema em íntima relação com os elementos geradores da vida” (sistema aquático, matrizes ambientais, corredores ecológicos, nós agroflorestais, produção alimentar, etc.). “A palavra ‘biorregião’ condensa-se de forma evocativa este aspecto e se configura como uma metáfora útil para descrever e compreender o assentamento humano na porção de território que a acolhe” (Poli, 2023, p. 17).

Nessa perspectiva, Poli e Luciani (2024) argumentam que uma abordagem territorialista para o planejamento urbano e regional, baseada no conceito de biorregião urbana, pode ser essencial para combater os atuais padrões de mal desenvolvimento territorial, oferecendo uma alternativa viável. As autoras propõem uma “metodologia territorialista” para reorganizar os domínios urbano e rural, considerados como um todo, em direção a um modelo de biorregião urbana. “Essa abordagem baseia-se na patrimonialização proativa do território por meio de processos de tomada de decisão democrática em âmbito local, com o objetivo de um desenvolvimento local autossustentável” (Poli; Luciani, 2024, p. 1). No termo “proativa”, destaca-se a autonomia e a capacidade de agir de forma antecipada, buscando soluções e oportunidades antes que problemas surjam.

“O caminho territorialista para o desenvolvimento biorregional é baseado na patrimonialização proativa fundamentada na democracia local e voltada para o crescimento de riqueza duradoura” (Poli; Luciani, 2024, p. 12). Operacionalmente, reestruturar o território de acordo com o modelo de biorregião urbana significa superar o padrão dicotômico de expansão metropolitana versus abandono rural por meio de:

- (i) uma reorganização do espaço urbano em um sistema de assentamento policêntrico com bordas estabilizadas, integrado à rede biorregional ecoterritorial;
- (ii) uma reorganização do território intermediário, onde a zona urbana é redesenhada como uma membrana porosa que permite trocas sensíveis com o território agroflorestal multifuncional que cerca a cidade;

- (iii) uma reativação integrada das áreas rurais e montanhosas, onde o reconhecimento de sua importância ecológica e ecossistêmica reposiciona seu papel no equilíbrio regional como *barycentros* de uma nova centralidade cultural e econômica.

A desconstrução e a remontagem do território urbano e rural como um todo biorregional não é simplesmente uma reorganização espacial ou ecológica; ao contrário, é concebida como intimamente ligada a uma recentralização do papel das comunidades estabelecidas como protagonistas das trajetórias espaciais, culturais e econômicas do território (Poli; Luciani, 2024, p. 12).

A abordagem biorregional, especialmente no seu enfoque territorialista por meio do conceito de biorregião urbana, enfatiza o compromisso de abordar a questão dos assentamentos como vinculados ao domínio agroecossistêmico, representando um quadro poderoso para apoiar essa mudança multifacetada (Magnaghi, 2020). Uma biorregião urbana, como grande cidade ou aglomerado de pequenas e médias cidades precisa estar em equilíbrio ecológico, produtivo e social com seu próprio território, sendo uma alternativa à força e ao poder de uma metrópole. Um projeto biorregional, “refere-se não apenas ao domínio do planejamento espacial e do design regional e urbano, mas também a uma nova abordagem em relação aos objetivos e métodos de criação de políticas públicas, no campo do desenvolvimento local e socioeconômico” (Fanfani; Matarán Ruiz, 2020, p. 12).

Já em relação ao planejamento tendo como referência o patrimônio territorial, uma primeira contribuição é de Merino del Río (2022), quem propõe um processo metodológico para um “projeto de paisagem baseado no patrimônio territorial”. Partindo de uma análise estrutural do território, por meio da descrição analítica do patrimônio territorial e paisagístico, como primeiro passo, propõe a descrição das fases de territorialização. O segundo passo, compreende a detecção e identificação do patrimônio territorial. O terceiro, chamado de interpretações identitárias, compreende a identificação da natureza sedimentaria do patrimônio territorial, ou seja, a identificação dos valores identitários vinculados aos bens naturais e culturais, já reconhecidos e os que, mesmo ainda não considerados, possuam valor de existência de longa duração. Trata-se de reconhecer os elementos e relações das quais historicamente têm dependido o aumento da massa patrimonial, que orientou a geração da paisagem. O quarto passo, se refere ao caráter policêntrico e reticular dos sistemas de assentamento, urbanos e infraestruturais. Assim, o projeto de paisagem deve estabelecer um cenário estratégico, com uma série de objetivos e diretrizes que persigam o crescimento do patrimônio e o desenvolvimento territorial.

Uma outra contribuição importante é a experiência de estudos realizados entre 2021 à 2023, no contexto da execução do projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* – CNPQ (ProPAT), tendo como instituição de acolhimento o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. A problemática central do projeto ProPAT foi: *quais as possibilidades e desafios relacionados à qualificação de processos localizados de desenvolvimento, tendo como perspectiva a valorização das potencialidades socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios, assumindo como referência o seu patrimônio territorial?* Com isso, o objetivo principal foi assim definido: *elaborar estudos, propor e validar referencial metodológico com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que permitam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.* Tal referencial metodológico teve o propósito de servir de parâmetro na produção de um diagnóstico, com a caracterização da realidade socioeconômica,

cultural e ambiental, além da prospecção de cenários futuros de desenvolvimento, em recortes territoriais, tais como, territórios, regiões ou municípios.

Como primeiro passo na execução do projeto ProPAT, o tema colocado em discussão foi o de se pensar um referencial epistêmico-teórico que pudesse servir de base para a estruturação do instrumental metodológico multidimensional, o que foi sintetizado em três publicações: Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021); Dallabrida et al. (2021); Dallabrida (2022). A sequência desses estudos resultou na proposição de um referencial metodológico multidimensional, sintetizado no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Dallabrida et al., 2023a; 2023b). Durante o segundo semestre de 2024, até final de 2025, foi realizada a aplicação piloto da metodologia, para sua validação final⁹.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto propôs-se abordar o tema patrimônio territorial como categoria teórica integrada ao debate sobre território e desenvolvimento territorial, considerando os diferentes enfoques; também procurou-se sistematizar tais enfoques sobre o tema, com base em uma extensa bibliografia.

Para não se restringir apenas a um trabalho de revisão, como contributo importante, a sequência do texto fez menção às disfunções relacionadas ao tema patrimônio territorial, em especial, sua “perspectiva classista”, a questão da “museificação”, da “patrimonialização” e “turistificação global”. Por fim, outro contributo a que se propôs o texto foi estabelecer as principais correlações entre território, patrimônio e desenvolvimento territorial, com foco no processo de planejamento territorial, apresentando como perspectiva de avanço: (i) a abordagem biorregional e (ii) a possibilidade de assumir o patrimônio territorial como referência no planejamento, com vistas ao desenvolvimento territorial.

Tem-se consciência de que o texto poderia avançar na sistematização crítica do estado da arte sobre patrimônio territorial, o que é apontado como futuro desafio pessoal, ou de pesquisadores e de pesquisadoras com interesse no tema. Mesmo assim, considera-se ser um texto que atende ao propósito central de disponibilizar aos pesquisadores e estudantes um primeiro contato com o tema patrimônio territorial, assim servindo como indicativo para realização de novos estudos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. B. Estudos em Geografia Histórica e seu vínculo ao patrimônio-territorial. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 4, n. 7, p. 63–77, 2021. Doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i7.27062>.

⁹ O referencial metodológico, depois de validado, será objeto de publicação como Edição Especial na *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, no primeiro semestre de 2026.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: BECKER, B. K.; SANTOS, M. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006. p. 55-62.

BUSTOS CARA, R. Patrimonialización de valores territoriales. Turismo, sistemas productivos y desarrollo local. **Aportes y transferencias**, v. 8, n. 2, p. 11-24, 2004. Disponível em: <https://nulan.mdp.edu.ar/id/eprint/287/1/Apo2004a8v2pp11-24.pdf>. Acesso em 23/05/2025.

CALDERÓN, B. C.; GARCÍA CUESTA, J. L. Sources and forms of territorial heritage. **International Journal of Humanities and Cultural Studies**, v. 3, Issue 1, p. 2141-2157, June 2016.

CHOAY, F. **La città**. Utopie e realtà. Turim: Giulio Einaudi Editore, 2008.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation des ressources spécifiques territoriales et inégalités de développement. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, Déc/2018. Doi: <https://doi.org/10.3917/reru.185.0993>.

COSTA, E. B. Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. **Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 25, p. 01-30, 2024. Doi: <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017. Doi: [dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225](https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225).

COSTA, E. B. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA; 14. 2016. **Actas [...]**, 2016. p. 1-32. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. **Geografia**, v. 39, n. 2, p. 241-256, 2014. Doi: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>.

COSTA, E. B. **A concretude do fenômeno turístico e as cidades-patrimônio-mercadoria**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010. Doi: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v3i4.16535>.

COSTA, E. B.; ALVARADO-SIZZO, I. Mercados y tianguis, usos del territorio y patrimonio-territorial latinoamericano en México. **Revista Geográfica Venezolana**, n. 64, p. 1-21, 2023. Doi: <https://doi.org/10.53766/RGV/2022.64.01.05>.

COSTA, E. B.; MONCADA, J. O. Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, n. 30, p. 3-24, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e26>.

COSTA, E. B.; SOBREIRO, J. Direito indígena ao uso do território e utopismos patrimoniais no Acampamento Terra Livre, Brasília. **Revista da Anpege**, n. 36, p. 530- 560, 2022. Doi: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16211>.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão!** Ideias para repensar o entendimento sobre desenvolvimento e validar a noção de “desenvolvimento territorial”. Curitiba: Editora CRV, 2025. Doi: <https://doi.org/1024824/978652516884.5>.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022. Doi: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6596>.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021. Doi <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18. N. 52, p. 12-32, 2020a. Doi: [10.21527/2237-6453.2020.52.12-32](https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32).

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020b. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 26 maio. 2025.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015. Doi: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2015215.04>.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* **Abordagem Territorial do desenvolvimento**: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional de ativação do patrimônio territorial. Cruz Alta (RS): Editora Ilustração, 2023a. Doi: <https://doi.org/10.46550/978-65-85614-11-5>.

DALLABRIDA, V. R. et al. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14586, 2023b. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14586>.

DALLABRIDA, V. R. et al. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun./2021. Doi: <https://doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437>.

DELGADILLO, V. Patrimonio urbano, turismo y gentrificación. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I. SALINAS, L. (Coords.). **Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina**. México: UNAM - Instituto de Geografía, 2015, p. 113-132.

DI MÉO, G. Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle. **Espaces et Sociétés**, n. 78, p. 15-34, 1994. Doi: <https://doi.org/10.3917/esp.1994.78.0015>.

DOCTOR, A. El itinerario como herramienta para la puesta en valor turístico del patrimonio territorial. **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 273-289, 2021. Recuperado a partir de: <https://revistas.um.es/turismo/article/view/139951>, em 23 maio 2025.

DURHAM, E. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, A. A. (Ed.). **Produzindo o passado, estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-58.

FANFANI, D.; MATARÁN RUIZ, A. Introduction to bioregional planning. Relocalizing cities and communities for a post-oil civilization. In: FANFANI, D.; MATARÁN RUIZ, A. (ed.). **Bioregional Planning and Design: perspectives on a transitional century**. v. 1. Cham: Springer, 2020. p. 1-16.

FAVARETO, A. Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições. **Guaju – Revista Brasileira do Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 9, Ed. Esp, 2023.

FERIA, J. M. **Territorial Heritage and Development**. New York: CRC Press, 2022.

FERIA, J. M. Patrimonio territorial y desarrollo sostenible: un estudio comparativo en Iberoamérica y Espanha. **Estudios Geográficos**, n. 258, p. 129-159, 2009. Doi: <https://doi.org/10.3989/estgeogr.0472>.

FLORIDO TRUJILLO, G. El patrimonio territorial en el Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía: indefiniciones y dificultades para un conocimiento preciso. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 63, p. 173-201, 2013. Doi: <https://doi.org/10.21138/bage.1611>.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da preservação e destruição do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 41, n. 1/2, p. 23-32, 2001. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9750>, em 23/05/2025.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 33-47, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41416/21732>. Acesso em: 23 maio 2025.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. São Paulo: Papirus, 1994.

HIERNAUX, D.; GONZÁLEZ, C. Turismo y gentrificación: pistas teóricas sobre una articulación. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 58, p. 55-70, 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022014000200004>.

HORTELANO MÍNGUEZ, L. El patrimonio territorial como activo turístico en la raya de Castilla y León con Portugal. **Cuadernos de Turismo**, n. 36, p. 247-268, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.6018/turismo.36.230981>.

IANNI, O. **Uma cidade antiga**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

LINCK, T. Économie et patrimonialisation. Les appropriations de l'immatériel.

Développement durable et territoires, v. 3, n. 3, p. 1-22, déc. 2012. Doi:

<http://dx.doi.org/10.4000/developpementdurable.9506>.

MAGNAGHI, A. The territorialist approach to urban bioregions. In: FANFANI, D; MATARÁN RUIZ, A. (eds.). **Bioregional planning and design**. Perspectives on a transitional century. v. 1. Cham: Springer, 2020. p. 33-61.

MAGNAGHI, A. La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione. **Scienze del Territorio**, n. 5, p. 32-41, 2017. Doi:

https://doi.org/10.13128/Scienze_Territorio-22229.

MAGNAGHI, A. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). **La coscienza dei luoghi**. Roma: Donzelli Editore, 2015. p. VII-XVI.

MAGNAGHI, A. **La biorégion urbaine**. Petit traité sur le territoire bien commun. Paris: Eterotopia France, 2014.

MAGNAGHI, A. Le ragioni di una sfida. In: MAGNAGHI, A. (a cura di). **Il territorio bene comune**. Firenze: Firenze University Press, 2012. p. 11-30.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**: verso la coscienza di luogo. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, A. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Florença: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MARTÍNEZ YÁÑEZ, C. Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio.

Cuad. Art. Gr., n. 39, p. 251-266, 2008. Disponível em:

<https://revistaseug.ugr.es/index.php/caug/article/view/300>. Acesso em: 23 maio 2025.

MERINO DEL RÍO, R. Hacia un proyecto de paisaje desde el patrimonio territorial. **Estudios Geográficos**, v. 83, n. 292, p. 1-20, 2022. Doi: <https://doi.org/10.3989/estgeogr.2022102.102>.

MIROSLAWA, C.; CÓRDOBA AGUILAR, H. El patrimonio como tema de estudios geográficos. **Espacio y Desarrollo**, n. 16, p. 28-41, 2004. Disponível em:

<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espaciodesarrollo/article/view/8108>. Acesso em: 23 maio 2025.

MULERO, A. M. Hacia la gestión integrada del patrimonio en clave territorial: un análisis crítico a partir de la experiencia andaluza. **Investigaciones Geográficas**, n. 63, p. 69-84, enero-junio/2015. Doi: <https://doi.org/10.14198/INGEO2015.63.05>.

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F.; QUADROS, D. A. Do monumento ao território: o conceito de patrimônio territorial. **Sociedade e Território**, v. 36, n. 1, p. 76-96, Jan./Abr. de 2024. Doi: <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2024v36n1ID34427>.

NIEDDU, M.; VIVIEN, F. Patrimoine, territoire, développement durable. In: ZUINDEAU, B. (Ed.). **Développement durable et territoire**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2010. p. 133-142.

ORTEGA VALCÁRCEL, J. El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, n. 04, p. 31-48, 1998. Doi: <https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48>.

PIERRE-ANTOINE, L.; SENIL, N. Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement. **Développement durable et territoires**, Dossier 12, 2009. Doi: <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.7563>.

PILLET CAPDEPÓN, F. El turismo de interior en la España Peninsular: el patrimonio territorial como destino turístico. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 59, p. 345-366, 2012. Doi: <https://doi.org/10.21138/bage.1461>.

PINASSI, A.; BERTONCELLO, R. Aportes a la conceptualización del patrimonio comunitario y las comunidades patrimoniales desde una perspectiva territorial. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 6, n. 11, p. 01-25, 2023. Doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i11.47575>.

PINASSI, A. (Re)pensando los lugares-patrimonio a partir de un caso en la llanura pampeana argentina. **Estudios Geográficos**, v. 81, n. 288, p. 1-24, 2020. Doi: <https://doi.org/10.3989/estgeogr.202052.032>.

POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In: MELONI, B. **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123-140.

POLI, D. Patrimonio territoriale e bioregione urbana: la riscoperta delle morfologie del território. **U+D - Urbainform end Design**, n. 20, p. 14-21, 2023. Doi: <https://doi.org/10.36158/2384-9207.UD 20.2023.002>.

POLI, D.; LUCIANI, G. A construção do mundo urbano biorregional: a abordagem territorialista para o planejamento e design biorregional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 61, p. e16074, 2024. Doi: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16074>.

QUEIROZ, P. T. Q.; SOUSA, G. V. Patrimônio-territorial: a construção do conceito decolonial e o caso de um território do habitar. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 7, n. 14, p. 01-22, 2024. Doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.53837>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. Em: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Edits.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. p. 73-118.

REQUIER-DESJARDINS, D. Territoires – Identités – Patrimoine: une approche économique? **Développement durable et territoires**, Dossier 12, 2009. Doi: <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.7852>.

RUY, A. T.; ALMEIDA, R. H. Museificação territorial: fundamentos de um conceito. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, e202026pt, p. 1-22, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202026pt>.

SALINAS, K. O. Patrimonio territorial: una revisión teórico-conceptual, aplicaciones y dificultades del caso español. **Revista Urbano**, n. 41, p. 26-39, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.22320/07183607.2020.23.41.02>.

SAQUET, M. A. El patrimonio territorial: realidad, concepto y categoría de la praxis contra-hegemónica. En: TABORDA, S. U. (Coord.). **Visiones críticas del patrimonio cultural: Discursos, prácticas y alternativas**. Quito: Abya-Yala, UPS, 2022. p. 197-220.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **Informe Gepec**, n. 23, p. 25-39, 2019. Doi: <https://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22719>.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, p. 4-16, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437/5497>. Acesso em: 23 maio 2025.

SONAGLIO, C.; ZAMBERLAN, C. O.; BUSÓN, C. Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. **Profanações**, a. 7, n. esp., p. 43-60, fev. 2020. Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v7iEd. esp.2610>.

TILLEY, C. **Territorial Heritage and the Politics of Place**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TRUJILLO GARCÍA, P. Centros históricos en México, patrimonialización global y turistificación. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 4, n. 7, p. 28–43, 2021. Doi: <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i7.29436>.